

Por uma psicologia social crítica comprometida politicamente no cotidiano

ROBERTH MINIGUINE TAVANTI*

ALEXANDRE BONETTI LIMA**

Resumo: Pretendemos apresentar considerações sobre uma proposta teórico-metodológica para uma Psicologia Social comprometida politicamente nos cotidianos; uma Psicologia Social menos interessada em desvelar verdades essenciais e generalizáveis do que somar forças no sentido de problematizar relações de opressão, buscando desconstruir discursos e ideologias que naturalizam o pensamento abissal, combustível para justificar as desigualdades e exclusão social. Para tanto, nos orientamos pelo referencial das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos em uma abordagem de pesquisa *no* cotidiano de modo a reconhecer a pluralidade de saberes e fazeres os quais compõem a dinâmica da história das experiências e interações do cotidiano ordinário de cada lugar. Isso exige desistir, como pesquisadores e profissionais, da arrogância de um personagem que se compreende detentor da exclusividade dos saberes e fazeres acertados, e se colocar como cidadãos copartícipes de saberes e fazeres construídos socialmente, como quaisquer outros, cujas práticas e linguagens singulares podem dialogar e contribuir para a produção de condições dignas de vida e fortalecimento de uma sociabilidade mais encantadora e solidária em regiões/bairros das cidades marcadas pelos processos de segregação socioespacial e estigmatizados pela naturalização das formas de violência no cotidiano.

Palavras-chave: desigualdades; psicologia social; práticas discursivas; cotidiano.

Abstract: We present a theoretical and methodological proposal which consists of making Social Psychology a science politically engaged to everyday life. We do not intend to unveil essential and generalizable truths, but to strengthen the critics on oppressive relations. We also seek to deconstruct discourses and ideologies which naturalize abyssal thinking, the fuel that justifies inequalities and social exclusion. To achieve this purpose, we follow the Discursive Practices approach and its proposition to do research *in* everyday life. By these means we recognize the plurality of knowledge and practices that produce the dynamic history of experiences and interactions of everyday life everywhere. This requires giving up, as researchers and practitioners, the presumption of a character who affirms to be the exclusive owner of knowledge and technique. On the other hand, we would like to encourage the involvement of social psychologists as citizens who co-participate in socially constructed practices, as any other citizen. Their practices and languages are associated in order to contribute to the production of better living conditions and strengthen charm and solidarity in social relations. It is possible to be seen at regions/districts marked by the segregation processes, where people stigmatized by the naturalisation of violence in everyday life actually live.

Key words: inequality; social psychology; discursive practices; everyday life.



* **ROBERTH MINIGUINE TAVANTI** é doutorando em Psicologia Social no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



** **ALEXANDRE BONETTI LIMA** é Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor associado do departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL)



Espectáculo – *A Pereira da Tia Miséria* – Foto do autor

Apresentação

Segundo Sassen (2016), embora o mundo produza globalmente mais riquezas do que nunca, com um produto interno bruto (PIB) na casa dos 55 trilhões de dólares anuais, a sua distribuição nunca atingiu patamares tão

desiguais. Com efeito, o relatório da OXFAM (Oxford Committee for Famine Relief), de 2017, informa que apenas oito pessoas possuem renda semelhante à renda dos 50% mais pobres da população do planeta, o que corresponde a 3,6 bilhões de pessoas.

No Brasil, os índices não são dissonantes destes. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2013, a renda de cada um do 1% de brasileiros(as) mais ricos equivale a cem vezes a renda de cada um dos 10% mais pobres. A mesma pesquisa verifica que o índice de analfabetismo atinge 8,3% das pessoas com mais de 15 anos, e o analfabetismo funcional chega a 17,8%. Constata ainda que 25,7% dos brasileiros(as) não tem ensino fundamental completo e 7% não possui qualquer instrução formal.

O Instituto Trata Brasil, em pesquisa de 2014, verifica, além disso, que somente 48,6% da população brasileira têm acesso à coleta de esgoto, promovendo situações bastante desiguais no que diz respeito aos perfis do processo saúde doença, bem como expectativa média de vida e mortalidade infantil, conforme o estrato social a que se pertence. Tal cenário, de afluente desigualdade, torna-se ainda mais inquietante por sabermos viver em uma sociedade democrática e republicana. Como, então, permanece ao longo do tempo, e em tempo histórico em que nunca se produziu tamanha riqueza, tal situação de vulnerabilidade em contingente tão amplo da população brasileira?

Diante disso, buscamos, neste artigo, apresentar uma proposta teórico-metodológica para uma Psicologia Social comprometida politicamente nos cotidianos; uma Psicologia Social menos interessada em desvelar verdades essenciais e generalizáveis do seu fenômeno de pesquisa e ação, do que somar forças no sentido de problematizar relações de opressão, visando desconstruir discursos e ideologias que naturalizam o

pensamento abissal, combustível para justificar desigualdades e exclusão sociais. Para tanto, nos orientamos pelo referencial das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos em uma abordagem de pesquisa *no* cotidiano de modo a reconhecer a pluralidade de saberes e fazeres os quais compõem a dinâmica da história das experiências e interações do cotidiano ordinário de cada lugar. Isso exige desistir, como pesquisadores e profissionais, da arrogância de um personagem que se compreende detentor da exclusividade dos saberes e fazeres acertados, e se colocar como cidadãos copartícipes de saberes e fazeres construídos socialmente, como quaisquer outros, cujas práticas e linguagens singulares podem dialogar e contribuir para a produção de condições dignas de vida e fortalecimento de uma sociabilidade mais encantadora e solidária em regiões/bairros das cidades marcadas pelos processos de segregação socioespacial e estigmatizados pela naturalização das formas de violência no cotidiano.

A construção da desigualdade na sociedade brasileira

Conquanto o Brasil seja, desde o século XIX, uma república independente, permanece fortemente ainda a presença de elementos orientados pelo que Boaventura de Souza Santos (2010) denomina de paradigma do colonialismo, por ele definido como “o conjunto de trocas extremamente desiguais que assentam na privação da humanidade da parte mais fraca como condição para a sobre-explorar ou para a excluir como descartável” (p. 37). Com efeito, destaca Marilena Chauí (1994), a sociedade brasileira se pauta por relações sociais manifestamente

autoritárias, uma vez que “conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão” (p. 53). É uma sociedade que forja a cidadania como um privilégio de classe, e na qual os direitos são concedidos aos demais estratos sociais de modo tutelado, controlado e regulado pelo Estado. Uma sociedade que naturaliza a desigualdade, a assimetria, configurando relações sociais de rígida hierarquização e, na qual as leis não são instrumentos de definição de direitos e deveres para todos os cidadãos e cidadãs igualmente, mas “armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão” (idem, p. 54).

Em convergência aos argumentos de Chauí, Florestan Fernandes (1978), em estudo sobre a integração do negro após a abolição da escravidão no estado de São Paulo, argumenta que aos negros alforriados não foram dadas as condições para sua pré-socialização à nova ordem social e econômica que se implementava, que impunha aos seus habitantes modos de conduta, valores, uma subjetividade, em suma, conformes à configuração de uma sociedade capitalista baseada no trabalho livre. Como desdobramento, afigura-se o que Jessé Souza (2012) vem a nomear subcidadania, conceito que o autor elabora para referir-se aos indivíduos destituídos das condições objetivas e subjetivas, culturais e sociais para serem incluídos nas molduras da cidadania plena em uma sociedade capitalista. Delineia-se, assim, a situação prototípica da constituição da exclusão social brasileira e da subcidadania, que confere e naturaliza um lugar social desqualificado a um crescente contingente de pessoas, não

reconhecidas socialmente como cidadãs detentoras de direitos.

Para compreender os mecanismos da reprodução desta condição subcidadã, Souza (2012) utiliza-se da concepção de *habitus*, de Bourdieu. Por *habitus*, Bourdieu (2007) define um conjunto de esquemas cognitivos, insinuados e incorporados desde a infância ao longo da trajetória social de cada um de nós, a partir dos quais são demarcadas as possibilidades de sentidos e significados, liberdades e restrições de acordo com as condições objetivas, por sua vez encarnadas em cada indivíduo ou grupo social. “É o *habitus*”, diz Souza (2012), “que produz a ‘mágica social’ que faz com que pessoas se tornem instituições feitas de carne” (p. 46). Assim, o homem em oposição à mulher, o branco em oposição ao negro, o abastado em oposição ao pobre, objetificam-se, no cotidiano das relações, como diferenças e desigualdades sociais que se naturalizam, institucionalizando-se hierarquicamente.

Mas se o *habitus* localiza a atenção no tempo mais extenso da trajetória de cada um(a), a partir da qual são constituídos e maturados repertórios de interpretação do mundo e de cada um(a) nele, as possibilidades e impossibilidades, as perspectivas e os limites fronteiriços; se é o processo por onde nos materializamos e somos objetivados(as) em identidades sociais instituídas e naturalizadas no transcorrer das relações, as práticas discursivas, distintamente, processam-se no tempo curto das interanimações dialógicas (SPINK, 1999), no dia a dia das relações sociais e afetivas, que se caracterizam pelas descontinuidades e rupturas, projetando possibilidades de

ressignificação do que é instituído e naturalizado como *habitus*. Como diria Mary Jane Spink (1999), referindo-se à Bakhtin (1988), a prática discursiva é um processo de produção de sentidos sempre dialógico, é um meio de interação humana mediante o qual a língua se exprime em íntima relação com a história promovendo efeitos de sentidos. No entanto, ela não pode ser entendida apenas por seu desempenho comunicativo, como mera ferramenta de representação ou tradução de algo utilizada para comunicar a outrem; deve ser compreendida como ação social.

Conceber a prática discursiva como ação social e dialógica, por sua vez, exige percebe-la temporalmente, isto é, apreende-la como trama polidiscursiva cujas fronteiras - dos discursos que a compõem - tensionam-se, articulam-se, se complementam, negociam reiteradamente sentidos e intencionalidades, afigurando-se em um todo dinâmico e inacabado, sempre mediado social e historicamente. Como ação social, dialógica e polidiscursiva, então, propicia o descortinar de condições para a eclosão de novas potencialidades singulares e coletivas que expandam perspectivas na vida das pessoas e coletividades.

De que lugar que estamos falando?

O Jardim Filhos da Terra (F.T.), que ainda é considerado uma das áreas mais vulneráveis e estigmatizadas de um município do norte do estado do Paraná, segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, já enfrentou situações piores em sua história. Os moradores mais antigos, desde o final dos anos 1970 nos contaram como foi se dando a ocupação do local e a construção das primeiras casas, ainda

sem infraestrutura urbana adequada. Nessa época e ao longo dos anos 1980 e 1990 o espaço era visto como opção para as camadas mais populares e pessoas vindas de regiões rurais das cidades vizinhas. O bairro ficou conhecido pelas inúmeras notícias de assaltos, roubos e o tráfico de drogas, praticados na região e nos arredores dali.

De acordo com as falas dos(as) moradores sobre suas experiências pessoais, familiares e comunitárias ao longo dos últimos trinta anos¹, destacamos: 1) “Quando nasci morava do outro lado ali, e aqui era tudo cafezal, depois de uns três anos o prefeito fez as casinhas e viemos pra cá. Foi passando o tempo, meu pai não tinha muito dinheiro e com oito anos eu já era engraxate”; 2) “No começo era invasão, casas de madeira, umas de lona [...] quando era pequena, eu gostava de sair, sumi pro centro... Eu ia lá pedi, até os meus doze, treze anos eu pedia na cidade”; 3) “Quando eu era mais nova, aqui, nesse lugar era o ‘bicho da goiaba’. Eu lembro, assim, que aqui era terrível, quando eu era criança, tinha que dormir no chão, porque se dormia na cama, era perigoso varar bala, ai a gente tinha que dormir no chão”; 4) “Na época de 1986, 87... o bairro era perigoso, alguns colegas que engraxavam sapato - amigos de infância-, acabaram desviando do caminho e entrando na criminalidade,

¹ Em vista dos aspectos éticos em pesquisa com seres humanos, optamos por utilizar nomes fictícios tanto para o bairro/região, quanto para os(as) moradores e informantes e serviços/organizações do local. Em relação aos procedimentos de produção de informações (as entrevistas e conversas) e acesso aos conteúdos/registros dos “diários de campo”, ver em (TAVANTI, 2011).

cheguei a ver amigo meu, sendo morto na minha frente, morreu com um tiro no peito, eu tinha uns 13 anos, e não foi só esse não, foram vários amigos [...]”; 5) “[...] lembro que no rádio era só F.T., eles diziam: ‘morreu um, aconteceu isso, aquilo’. Na época de 1991, 1992, polícia entrava aqui o dia inteiro, tinha muito tiroteio. Quando os policiais vinham de fusquinha, os caras ficavam lá em baixo esperando, parecia Rio de Janeiro [...]”; 6) “Tinha muito preconceito contra as pessoas daqui, nosso bairro era discriminado, lembro uma vez que fui pedir emprego, era uma firma de tinta, e o cara me disse que tava precisando de três pessoas para trabalhar, quando falei com ele, ele me recebeu e falou que ia dar certo, mas quando perguntou onde eu morava [...], nunca ligou”.

Esta região do município ainda hoje sofre com os processos de segregação socioespacial – invisibilização por parte do Estado – e marginalização, especialmente, por conta da criminalização dos modos de vida associado à naturalização da violência urbana. Saneamento básico e redes de esgoto são direitos (aos quais) boa parte da população do lugar não tem acesso. Não há coleta de lixo reciclável para todos e em épocas de chuva, são comuns os deslizamentos de terra e lama nas ruas, além do entupimento dos bueiros. O transporte público quando chega é precário e não condiz com a demanda da população local. As famílias com mais de cinco ou seis pessoas vivem em espaços minúsculos, com três ou quatro cômodos. A maioria dos(as) moradores estão em trabalhos informais ou são beneficiários dos programas de transferência de renda,

cujo valor não ultrapassa o salário mínimo.

Outro elemento importante para a compreensão dos modos de vida e experiências pessoais e comunitárias compartilhadas entre seus moradores ao longo dos últimos trinta anos associa-se aos circuitos e fluxos (internos e externos) de uso e comercialização ilegal de drogas. O número de pessoas em situação de rua e usuários de CRACK é alto. Muitos deles se aglomeram em pequenas casas, construídas de maneira improvisada e provisória com pedaços de madeiras, lonas etc. À noite a situação piora, pois parte dessas pessoas fica perambulando pelas ruas do bairro a procura de drogas ou sob o efeito delas. A polícia que chega até a região tem agido com força excessiva e abuso de poder. Os(As) moradores, principalmente os(as) adolescentes são, em grande parte, abordados de forma violenta e as casas são invadidas sem permissão ou mandato.

Embora ainda hoje a mídia, através dos programas policiais da rede aberta, mantém a imagem do lugar como de extrema violência e marginalização, algumas iniciativas de enfretamento e superação das múltiplas vulnerabilidades vêm sendo construídas de forma lenta, em trabalhos conjunto dos moradores e os escassos serviços socioassistenciais existentes, por exemplo, a iniciativa de uma Entidade², que há aproximadamente quinze anos desenvolve atividades de caráter assistencial. Mais recentemente

² Desde 2005, a entidade – ONG – atende dentro dos parâmetros da Política de Assistência Social do Município, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários.

identificamos, desde 2014, uma articulação com o departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL) por meio de projetos de pesquisa e extensão³, além das atividades de estágio com alunos(as) de graduação.

Em relação à infraestrutura urbana e a oferta de programas e serviços no campo das Políticas Públicas Sociais (saúde, educação, assistência social, etc.) identificamos uma Unidade de Ensino Infantil (convênio com SMAS) e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental I, além dos atendimentos realizados pelos profissionais de uma Unidade Básica de Saúde (UBS Filhos da Terra) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Norte A), o primeiro localizado em um bairro vizinho e o segundo a seis quilômetros de distância (mais ou menos uma hora de transporte público). Apesar desses equipamentos públicos (ou conveniados com a Prefeitura) como no caso da entidade assistencial e da unidade de educação infantil, o Jd. Filhos da Terra não conta com nenhuma unidade educacional, artística e/ou cultural voltada para os(as) adolescentes e jovens, ou para o público com necessidades educacionais especiais; a ausência de Estado (em suas três esferas de governo) persiste quando pensamos em serviços ou programas de atendimento específico para adultos e/ou idosos, sejam eles voltados ao lazer, educação de jovens e adultos ou profissionalização e/ou inserção ao mercado de trabalho.

³ Por uma Psicologia Social Crítica e Comprometida nos Lugares: contribuindo para a luta contra a banalização das subcidadanias (LIMA; CEDENÔ, 2017).

Sobre as iniciativas de enfrentamento e superação das vulnerabilidades locais e que ao longo dos últimos quinze anos vêm sendo construídas em articulação aos poucos serviços e programas socioassistenciais e ações coletivas por parte dos moradores e lideranças comunitárias, destacamos: 1) “Não me lembro da data que nós começamos aqui no F. T. [...] servíamos sopa. Começamos com trinta crianças, ou um pouco menos, e aqui, neste lugar, só tinha uma mesa, não tinha bancos”; 2) “No momento que estão no projeto estão jogando bola, fazendo isso, fazendo aquilo, eles não estão pensando em outras coisas, estão fora do perigo, e Deus abençoe que o projeto fique aqui por muito tempo, pra livrar os nossos meninos do revolver na cintura, que a gente via passando na rua, menino pequeno com revolver”; 3) “Percebo que o projeto foi muito bom, hoje as crianças têm a mentalidade totalmente diferente da minha época, não tem nada a vê, a mulecada, vai ao projeto e volta com ideias diferentes, é balé, é grupo de teatro, música, tem tanta coisa”; 4) “Lá fora eu vejo que mudou, tinha mais droga, agora ainda tem, mais antes tinha mais, a criançada lá fora, muita criança que eu amamentei, eu vi o sangue correr na rua, tinha muito nenê aqui, eu amamentava, muitos desses meninos, eu vi o sangue correndo na rua, vi o corpo deles na rua”.

Dentre a multiplicidade de vozes e enunciados identificados nas falas dos(as) moradores do Jd. Filhos da Terra, e que compõem os repertórios interpretativos⁴ disponíveis e a dinâmica

⁴ Repertórios interpretativos são as unidades de construção das práticas discursivas – o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de

das linguagens sociais em circulação nessa comunidade, alguns temas nos parecem oferecer pistas sobre aquilo que estamos problematizando como parte importante da produção e reprodução dos processos de naturalização das desigualdades e formas de violência e exclusão social presentificadas no cotidiano: a) a forte influência da mídia hegemônica em relação aos sentidos atribuídos pelos(as) moradores diante das situações de violência e criminalidade; b) as formas de preconceito, marginalização e estigmatização que são impostos aos moradores, principalmente, devido ao fato de viverem em um bairro reconhecido na cidade como sendo “lugar da violência e da criminalidade”; c) as rupturas, ou ressignificações – momentos ativos do uso da linguagem – , diante das transformações ocorridas nos últimos quinze anos em decorrência das iniciativas de enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades; d) as táticas, estratégias e negociações – “os combinados” – entre moradores e lideranças locais no enfrentamento das adversidades do dia-a-dia, especialmente, diante das situações de pobreza, vulnerabilidades e violências.

Conforme Spink e Medrado (1999), os repertórios interpretativos possuem inscrições na história, visto que presentificam temporalidades discursivas diversas. Elementos, ou repertórios construídos no aqui e agora dos atos de fala que se ancoram e são articulados com elementos de um tempo longo, produzindo novos repertórios no

possibilidades de construções discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos ou *speech genres* (SPINK; MEDRADO, 1999, p 47).

tempo e, desse modo, novos sentidos e novas materialidades. Pensar a linguagem como ação social implica também pensar as consequências sociais disto. Ou seja, os processos de institucionalização e naturalização das práticas sociais como produtoras de sentidos ideológicos e alienantes, mas também, as possíveis rupturas destes.

Nesta perspectiva, criar as condições para a efetivação de ações com foco nos processos de transformação das relações de opressão tão naturalizadas nos lugares hegemônizados, exige refletir também sobre as interconexões, materialidades e sociabilidades, bem como sobre os efeitos que produzem nos lugares nos quais nos debruçamos como campo de pesquisa e ação. Assim sendo, trabalhar para promover articulações, redes e aproximações ético-políticas entre lugares e coletividades hegemônizados é fundamental, pois embora tenham suas singularidades e diferenças entre si é possível construir pontes de inter-relação e ação conjuntas entre eles, de modo a tornar mais potentes as possibilidades de enfrentamento e resistências ampliando, deste modo, as oportunidades emancipatórias.

A reconfiguração da pesquisa-ação a partir da interlocução com a perspectiva de pesquisa no cotidiano

Revedo a literatura sobre pesquisa-ação e pesquisa-ação-participante, por meio das reflexões de Maritza Montero (2006), nos parece mais apropriado dizer que a proposta teórico-metodológica sustentada neste artigo está em algum momento entre essas duas perspectivas. Certamente, concordamos em afirmar que as contribuições dos princípios formulados

por Kurt Lewin (MELO; MAIA; CHAVES, 2016) são consideráveis; mesmo porque Lewin foi um dos pioneiros em nossa área a declarar sua insatisfação com as formas de investigação dominantes. Ele reconheceu já nos anos 1950 e 1960 que era necessário termos uma Psicologia Social mais capaz de levar à transformação social, à superação da dicotomia entre investigação e ação, e da distância entre pesquisadores e “sujeitos” de investigação (SPINK, 2017).

Podemos afirmar que a pesquisa-ação é orientada à resolução de problemas e motivada pelo desejo de mudança. Os pesquisadores devem considerar o potencial dos participantes da investigação para desenvolver algumas habilidades específicas para a efetivação da pesquisa, sendo necessária a vontade de aprender e o compromisso com as mudanças dos “sujeitos” investigados. Seu fundamento teórico é que se somos parte do problema, o grupo como um todo dinâmico do qual faço parte pode investigá-lo e propor soluções melhores do que um(a) pesquisador(a) isolado e externo ao grupo.

A reinterpretção da pesquisa-ação lewiniana na América Latina, entretanto, como aponta Maritza Montero (2006), tomará outros rumos, ditados certamente pelas circunstâncias políticas enfrentadas por países com sérios e graves problemas de ordem social e econômica. Dois importantes autores deram um novo rumo para a história das formas de fazer pesquisa-ação, nesse cenário, cujo teor é mais fortemente político – a pesquisa-ação-participativa, sendo eles: o sociólogo colombiano Fals Borda e o educador brasileiro Paulo Freire.

Segundo Sato e Souza (2007): a pesquisa ação-participante pode ser entendida como sendo uma ferramenta metodológica que compreende a observação, vivência, interpretação e intervenção no cotidiano. Tal ferramenta, dentre as metodologias qualitativas de pesquisa é construída social e historicamente a partir de um dinamismo processual e contextualizada em uma realidade materializada nas conversas, anotações, gravações, diários de campo, matrizes de leitura, nos acontecimentos cotidianos.

Ao participar e conviver no cotidiano pesquisadores e psicólogos(as) buscam construir coletivamente suas ações de pesquisa e ações de intervenção, o que implica em valorizar não somente os espaços formais de trabalho, nos quais a prestação de serviços às crianças, adolescentes e a comunidade são constituídos, mas, para além desses, privilegia-se a construção cotidiana das ações e valorizam-se também os diversos espaços informais, corriqueiros, espaços do dia-a-dia (SPINK, 2008).

A título de exemplo, recorreremos a um trecho do diário de campo (03.08.2010), no qual é descrita uma das atividades em grupo desenvolvidas pelos profissionais da equipe multiprofissional da entidade localizada no bairro. Neste “Encontro de pais, mães e responsáveis” o objetivo foi debater junto aos moradores o acesso e a qualidade dos diversos serviços e programas ofertados para a comunidade (Escolas, ONG, UBS, CRAS, Conselho Tutelar). Dentre algumas críticas e denúncias sobre os serviços de saúde, destacamos: “Caso você chegar 15 minutos antes das 19 horas (horário de fechamento da UBS) nada de consulta

ou vacina”; “Caso não consigam agendar sua consulta com especialista por problemas do sistema de informação, você deve refazer todos os exames e esperar para o atendimento”; “consulta com especialista tem pra daqui seis meses!” (TAVANTI, 2011, p. 26).

Uma das intenções de apresentar tal trecho é demonstrar uma maneira de fazer pesquisa ação-participativa numa perspectiva da pesquisa *no* cotidiano na qual os objetivos do trabalho, ou seja, os objetivos da ação e intervenção em lugares específicos são construídos não isoladamente, mas coletivamente, junto das pessoas e grupos interessados. Dito de outro modo, essa proposta é participativa na medida em que inclui todos os que, de um modo ou outro, estão envolvidos nela e é colaborativa em seu modo de trabalhar, dar continuidade e avaliar os possíveis avanços e/ou retrocessos ao longo do tempo. Neste caso, em particular, além da criação de estratégias para o fortalecimento e manutenção desses encontros com os moradores do bairro, um dos encaminhamentos tomados pela equipe multiprofissional da ONG foi estabelecer uma articulação com os profissionais da UBS e demais serviços de saúde que atuam nessa região da cidade.

Um segundo exemplo retirado dos registros em diário de campo (01-09-2010):

O Teatro na comunidade: A educadora de teatro em conjunto com a coordenação e equipe técnica do projeto mobilizaram-se em torno da organização e realização de um espetáculo de teatro aberto a toda a comunidade. Na data escolhida: um sábado pela manhã. Muitos

prestigiaram o espetáculo. O sol intenso e os atores no alto de suas pernas de paus encantaram a grande maioria das crianças e adolescentes. [...] Nos dias que se seguiram os comentários sobre o teatro foram ‘ilustrativas’ diante do ‘acontecimento’; eles versavam sobre os momentos marcantes do espetáculo e das canções entoadas pelos atores; o cachorro - “sem nome”; o figurino; o destaque para as pernas de pau. Após um mês da data da apresentação: “A pereira da tia miséria, uma história pra cantar...” não saía da boca das crianças e adolescentes do projeto. [...] Em reunião com a diretoria do projeto a fala da educadora foi contundente: “o meu trabalho ganhou força, meu trabalho está diferente, as crianças estão motivadas, o teatro encantou, o teatro encanta” (TAVANTI, 2011, p. 18).

Tal registro nos possibilita refletir sobre os processos de produção e circulação de sentidos no cotidiano como efeitos das interações entre educadores, técnicos e demais profissionais da ONG, crianças e adolescentes e demais moradores do bairro participantes do espetáculo. Ou seja, apontamos nesse diário alguns dos possíveis efeitos decorrentes dessa experiência comunitária orientada em certa medida pela ação e intervenção tanto da educadora de teatro, quanto dos demais profissionais da entidade.

A partir desses exemplos, gostaríamos de refletir sobre a postura dialógica e reflexiva de ação/participação/intervenção no cotidiano por parte dos(as) pesquisadores e psicólogos(as), assim como sua inserção de forma mais horizontal e seu posicionamento

politicamente comprometido frente as relações de poder em disputa ao longo dos processos de produção, negociação e circulação de sentidos com vistas à construção de práticas cotidianas mais solidárias e encantadoras de vida. Afinal de contas, conforme aponta Spink (2007): “somos parte dessa comunidade e partilhamos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações” (p. 34).

Refletindo acerca do fazer pesquisa *no* cotidiano, Peter Spink (2003; 2008) apresenta cinco eixos de orientação: 1) a importância da relação entre “pesquisado(a)” e “pesquisador(a)”, com ênfase na pesquisa-ação, pesquisa colaborativa, participativa, e na ética dialógica que a orienta; 2) o uso de múltiplos recursos e/ou ferramentas na produção de informações da pesquisa – por exemplo: conversas, entrevistas, diários, documentos, grupos, etc.; 3) a aproximação de uma abordagem construcionista sobre processos sociais, ressaltando o valor da análise das práticas discursivas, entendendo-as de forma ampla, isto é, situadas em diferentes lugares e tempos, os quais são transversais às ações cotidianas; 4) a consideração de que embora a pesquisa tenha um ponto de partida, deve-se evitar o planejamento da estratégia de forma antecipada e detalhada, buscando, ao contrário, caminhar junto com as pessoas “pesquisadas”, mesmo sem saber ao certo para onde nem como irão, isto é, mesmo que sejam trajetórias de destino imprevisível; 5) a utilização de formas não ortodoxas de narrar a pesquisa, para que sejam adequadas ao tipo de trabalho realizado.

Considerações finais

Conforme os apontamentos de Peter Spink (2006; 2003) sobre uma psicologia social voltada para o apoio de ações que efetivamente reduzam as desigualdades; e, sobre o reconhecimento de que os saberes e fazeres cotidianos são processos sociais e coletivos e a pesquisa em Psicologia Social também é um processo social e coletivo:

Precisamos aprender a reconhecer e negociar materialidades enquanto questões relacionais, co-constitutivas de socialidades. Precisamos reconhecer que parte do processo de naturalização reside na produção e transferência de um social independente para um material independente, da produção e separação entre um indivíduo e um contexto. Se a inclusão e a solidariedade enquanto sociabilidades são construídas a partir de milhares de pedaços e partes de um cotidiano de lugares, também o são a exclusão e a desigualdade. Se quisermos construir novas sociabilidades solidárias, não podemos ser iludidos pela esperança de que isso é um processo que começa e termina no plano tradicionalmente social (p. 100).

[...] a pesquisa em Psicologia Social também é um processo social e coletivo; um processo no qual somos considerados membros competentes como também somos membros competentes de outros processos e outros saberes. Os saberes são diferentes e desconstruir a Psicologia Social desta maneira não é destruí-la. Ao contrário, é colocá-la com os pés de volta no chão, no lugar dos lugares junto com os demais saberes. Ao narrar os nossos trabalhos

precisamos não somente construir um diálogo entre o campo-tema e os nossos colegas psicólogos sociais; mas também um diálogo para outras pessoas que não sejam nem do campo-tema e nem da Psicologia Social, mas também podem se vincular à questão em discussão. No lugar dos lugares, a transparência das contribuições diferentes é a base da coletividade (p. 38).

Pensar o lugar como instância de materialização do todo social, como ente vivo em cuja ebulição o todo social vai assumindo instáveis e cambiantes formas, capturadas e colonizadas em grande parte pelos centros hegemônicos (mas não sem constante resistência contra-hegemônica), o coloca como espaço privilegiado de ação para uma Psicologia Social comprometida, uma Psicologia Social que não se exime de posicionar-se politicamente nos jogos de poderes que estão postos e em constante disputa. Uma Psicologia Social, portanto, que mais do que buscar desvelar verdades essenciais e generalizáveis do seu fenômeno de estudo e intervenção, procura somar forças no sentido de desconstruir relações de opressão e problematizar as ideologias que dão sustentação a tais relações, naturalizando o pensamento abissal (LIMA, 2013).

Devemos, portanto, pensar e refletir sobre a responsabilidade do(a) pesquisador/psicólogo(a) frente aos efeitos e consequências de suas escolhas, posicionamentos e ações e intervenções empreendidas seja em sua processualidade, ou mesmo, na explicitação e divulgação das diferentes vozes e das conversas tanto para a comunidade científica, quanto aos moradores do Jd. Filhos da Terra e

demais membros da entidade social em questão. Assumir tal proposta teórico-metodológica significa assumir um compromisso ético-político com a comunidade – científica ou não – baseado numa postura dialógica e reflexiva, na qual o debate fundamental é em torno da ética e da promoção da cidadania.

Referências

- BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. Disponível em: tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/2014/. Acesso em 24.09.2017.
- LIMA, A. B. Tecnologias de informação, cotidianos e Psicologia Social: considerações teórico-metodológicas. **Psicologia & Sociedade**, Vol. 25(1): 10-18, 2013.
- LIMA, A.; CEDEÑO, A. A. **Por uma Psicologia Social Crítica e Comprometida nos Lugares: contribuindo para a luta contra a banalização das subcidadanias**. Projeto de pesquisa e extensão. Dep. Psicologia Social e Institucional da UEL, Londrina, 2014-17.
- MELO, A.; MAIA, O.; CHAVES, H. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 153-159, jan.-abr. 2016.
- MONTERO, M. **Hacer para Transformar: El método em la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós. 2006.
- OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief. **Uma economia para o 99%**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/davos2017>. Acesso em 24.09.2017.
- PNAD. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Disponível em:

www.ibgge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2013/. Acesso em 24.09.2017.

SANTOS, B. S. **Epistemologias do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SATO; SOUZA. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v.12, n.2. 2001.

SOUZA, J. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, M. J. **A academia em (inter)ação nas periferias urbanas**. Texto apresentado durante atividade do NUPRAD. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 24.08.2017.

SPINK, M. J. Pesquisa no cotidiano: recuperando memórias da pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Vol. 19 (1): xx-xx; jan/abr. 2007.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de Sentidos no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, P. A desigualdade cotidiana – a naturalização das materialidades territoriais. In: SPINK, P.; SPINK, M. J. (Org.). **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias de jornal**. São Paulo: Cortez, 2006.

SPINK, P. O Pesquisador Conversador no Cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, Vol. 20 (Edição Especial): 70-77, 2008.

SPINK, P. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Vol. 15 (2), 18-42, jul./dez. 2003.

TAVANTI, R. **Entre Discursos e Possibilidades de Ação: reflexões sobre a práxis do psicólogo político conversador no cotidiano**. 2011. 125f. Monografia (lato sensu) – Dep. de Psicologia Social e Institucional da UEL, Londrina, 2011.

Recebido em 2017-09-24

Publicado em 2017-11-03